

## **O LUGAR DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSOR**

Jéssica Barbosa<sup>1</sup>

Patrícia Cristina de Aragão<sup>2</sup>

*Universidade Estadual das Paraíba*

Email: jessicakeka@live.com

Este artigo trata de uma experiência de pesquisa em andamento, a fim de discutir o lugar da criança negra na escola na perspectiva da educação infantil. Neste artigo objetivamos analisar como, na formação continuada, a professora lida com situações de discriminação e preconceito em relação às crianças negras na unidade de educação infantil. Tal pesquisa vem sendo desenvolvida no Mestrado Profissional em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba. Nossa proposta é refletir sobre a relação da criança negra na unidade e como, a partir da vivência dela com outras crianças não negras, esta vai construindo sua identidade. Como aportes teóricos e documentais, trataremos SILVA (1999), MUNANGA (2005), ALVES (2002), PCN's volumes 8 e 10, as DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; a Lei Federal 10.639/03, dentre outros. Neste artigo a abordagem metodológica utilizada constará na pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter qualitativo do tipo pesquisa-ação e os instrumentos utilizados serão a observação participante e a entrevista, como método de coleta de dados. Os sujeitos da pesquisa são crianças da turma Pré II, de faixa etária entre 5 e 6 anos, de uma sala de aula em uma creche pública Municipal, na Cidade de Campina Grande – PB. Como problemática de pesquisa propomos o seguinte questionamento: É possível, na creche, identificar através da relação da criança negra com/no ambiente, a construção de sua identidade? Nesse sentido, articular os pressupostos de uma proposta reflexiva à formação docente, a respeito das relações étnico-raciais, coloca-se como um desses profícuos caminhos a ser seguido, para uma ação educativa responsiva quanto à construção da identidade da criança negra.

Palavras-chave: Criança negra, Educação Infantil, Identidade, Relações Étnico-raciais.

---

1

2

## 1- INTRODUÇÃO

Desde muito, internalizamos modelos eurocêntricos a partir de informações recebidas pelo meio no qual estamos inseridos e desta troca iniciamos o processo de construção da nossa identidade, adaptando-nos aos padrões pré-estabelecidos socialmente, tais como valores, crenças e estética. O negro, frente a essa sociedade tomada por valores eurocêntricos, encontra-se, muitas vezes, carente de um parâmetro capaz de fazê-lo reconhecer-se como parte dela.

Quando a criança sai do âmbito familiar e vai para seu primeiro contato fora deste grupo, a creche/escola é sua primeira referência. Surge um mundo novo de diferentes indivíduos, em que a mesma busca se identificar e conhecer distintas historicidades para assim construir a sua própria identidade.

Dito isto, a escola/creche exerce papel crucial no ato de proporcionar o desenvolvimento identitário das crianças negras, tendo em vista ser o lócus onde as mesmas terão acesso, convivência e contato direto com a diversidade. E a maneira com a qual elas se vêem, se dará a partir do meio em que estão inseridas, partindo de seus lares, até o contexto escolar.

Nestas perspectivas, partindo de que o meio nos influencia desde os primeiros anos de nossas vidas, temos que é na infância que começamos a nos formar como pessoa perante as diferenças que o mundo nos apresenta. Dito isto, a Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – oportuniza e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seus seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Assim, faz-se necessário observar como a criança negra vem sendo inserida na instituição de educação infantil, a partir da vivência cotidiana no ambiente educativo, desde seus colegas, funcionários em geral e a professora. Como se dá essa relação? Qual o lugar da criança negra neste contexto? Existem práticas discriminatórias no ambiente de educação infantil?

Existe a crença de que a discriminação e o preconceito não fazem parte do dia-a-dia da Educação Infantil, e de que não há conflitos entre as crianças devido aos seus pertencimentos raciais. Dito isto, embora o racismo seja comprovado, o imaginário brasileiro compreende as relações raciais pelo mito da democracia racial, o qual conjectura relações amistosas e afáveis, e igualdade de oportunidades, atribuindo apenas ao passado escravista, as desigualdades

sociais e econômicas entre negros e brancos.

Na envergadura da luta pela democracia da escola pública, incluem-se as conquistas dos movimentos negros que materializaram na legislação curricular a obrigatoriedade do ensino dos conteúdos da História e Cultura Afro-brasileira na Lei 10.639/03. A legislação brasileira e as teorias do desenvolvimento infantil, bem como o estudo da infância nos cursos de Pedagogia, criaram a necessidade de investigação quanto à aplicação dessa lei, pois os referenciais culturais positivos sobre ser negro, constituem aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano em geral e, em particular, para o da criança na Educação Infantil.

Dito isto, torna-se válido observar se e como a instituição de educação infantil e seus formadores inserem a referida Lei no currículo educacional e contribuem (ou não), para essa referida inserção da criança negra na sociedade e para a construção de sua identidade, através de propostas valorativas ao seu reconhecimento desde os anos iniciais, pois, a efetivação da prática pedagógica comprometida com a igualdade racial significa a transformação de uma racionalidade que coloca no centro os conteúdos construídos na lógica eurocêntrica.

Assim, colocar em prática, de maneira pedagógica as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais – DCNERER, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (10.639/03) e também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, requer que educadores tenham consciência da sociedade que almejam construir. Mas será que tais formadores possuem conhecimento e formação suficientes para acoplar à sua prática educativa, conceitos que os norteiem com relação ao lugar da criança negra na educação infantil, a fim de proporcionar a construção identitária dessas crianças? Nas palavras de Tomás Tadeu da Silva (1999) vemos que:

A identidade é sempre uma relação: o que eu sou só se define pelo que não sou; a definição de uma identidade é sempre dependente da identidade do outro. Além disso, a identidade não é uma coisa da natureza; ela é definida num processo de significação: é preciso que, socialmente, lhe seja atribuído um significado (SILVA, 1999, p. 106).

A escola, enquanto espaço de construção de identidade e do saber, bem como das relações sociais, deve ser o lugar em que os sujeitos possam reelaborar conceitos, não só sobre relações raciais, mas sobre a diversidade existente em nossa sociedade. A construção de sua identidade partirá do contato que terá com o que o meio social lhes apresenta.

Este artigo é oriundo de nossas reflexões e trata de uma pesquisa em andamento que vem sendo realizada no Mestrado Profissional em Formação de Professores na Universidade Estadual da Paraíba. Como problemática de pesquisa propomos

o seguinte questionamento: É possível, na creche, identificar através da relação da criança negra com/no ambiente, a construção de sua identidade? O objetivo geral que norteia nossa pesquisa é analisar como, na formação continuada, a professora lida com situações de discriminação e preconceito em relação às crianças negras na unidade de educação infantil.

Para tanto, utilizaremos a pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter qualitativo do tipo pesquisa-ação, a observação participante e a entrevista como método de coleta de dados que serão discorridos no tópico que segue.

Assim, refletir sobre a relação da criança negra na unidade de educação infantil e como, a partir da vivência dela com outras crianças não negras, esta vai construindo sua identidade é fundamental para compreendermos como a partir do contexto educativo as crianças elaboram suas visões sobre as questões de discriminação e preconceito.

## **2- METODOLOGIA**

Neste artigo a abordagem metodológica utilizada constará na pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter qualitativo do tipo pesquisa-ação e os instrumentos utilizados serão a observação participante e a entrevista, como método de coleta de dados.

Ao que se sabe, a pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais.

Conforme descreve Minayo (2010) este tipo de método procura “desvelar” processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado.

Serão tomados como referenciais teóricos os estudiosos Minayo (2010), com suas contribuições a respeito da pesquisa qualitativa, Tomás Tadeu da Silva (1999) e Kabengele Munanga (2005), os quais tratam da construção da identidade do indivíduo, como sendo resultante do meio e das relações sociais em que estão inseridos cotidianamente.

Faremos uma ponte com a autora Nilda Alves (2002) em suas abordagens teóricas em torno das vivências cotidianas, trazendo o diálogo com o cenário cotidiano escolar, cujo pesquisador e objeto(s) de pesquisa se correlacionam num inevitável envolvimento. Partindo dos “diálogos” tratados pela referida autora, serão utilizados também os estudos de Sílvia Sara Sousa Saramago (2001), cujo embasamento será a respeito das pesquisas empíricas com crianças utilizando como um dos métodos a entrevista, levando em conta que a pesquisa

realizar-se-á em uma creche com crianças de faixa etária entre 3 e 6 anos. Ainda sobre o método das entrevistas, teremos, também, o aporte teórico de Elisa Antônia Ribeiro (2008).

Serão utilizados também, como aportes, alguns documentos oficiais sobre a temática afrobrasileira, dentre eles estão os Parâmetros Curriculares Nacionais volumes 8 e 10, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Racial e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, a Constituição Brasileira de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Lei Federal 10.639/03, dentre outros que poderão ser acoplados no decorrer da pesquisa, tendo em vista se tratar de uma pesquisa em curso.

Os sujeitos da pesquisa são 15 crianças da turma Pré II, de faixa etária entre 5 e 6 anos, de uma sala de aula em uma creche pública Municipal no bairro do Pedregal, na Cidade de Campina Grande – PB e sua professora.

### **3- RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1- A FORMAÇÃO DOCENTE E A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL**

A temática afrobrasileira registra-se com maior visibilidade a partir da implementação da Lei 10.639/2003, nas discussões educacionais e políticas curriculares que a mesma atribui, a fim de tornar obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica, assim como a introdução da temática nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação.

Dito isto, faz-se necessário manter um olhar atento à instituição de educação infantil. Como a docência vem trabalhando estas questões em sala de aula neste nível de educação? Como se deu ou vem se dando sua formação com relação à temática?

De acordo com o prescrito na Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 26, inciso 2 “os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História.” Mas os professores recebem formação para tais discussões?

A instituição das Diretrizes foi justificada tendo em vista:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua

identidade e a direitos seus. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringem à população negra, ao contrário dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2013).

Nesta perspectiva, a escola passa a ser concebida como um lugar prioritário de formação de identidades e os Governos como responsáveis pela formação continuada de Professores.

Em concomitância, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ressaltam que:

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural (BRASIL, 2001, p. 32).

O PCN chama atenção para se conhecer a riqueza da diversidade que compõe a cultura do país, nossa diversidade é um patrimônio que deve ser conhecido e valorizado. A escola/Creche deve favorecer esse momento de diálogo, de aprendizagem e respeito às diferenças, de denúncia e reflexão crítica sobre as desigualdades sociais. Diversidade cultural é diferente de desigualdade social, ambas são construções históricas e culturais.

O educador precisa estar ciente das leis e dos parâmetros que regem a educação, sua gestão, estratégias e organização. Importa, também, apropriar-se das políticas e ações afirmativas que se referem às relações étnicas e raciais no cotidiano escolar.

Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não se omitam a diversidade.

### **3.2- ANÁLISES DAS ENTREVISTAS**

Como já citado, uma das metodologias utilizadas para a coleta de dados para esta pesquisa em curso vem sendo à prática da entrevista. Com ela, pretendemos observar como a professora da sala de aula lócus de pesquisa, forma suas opiniões a respeito das temáticas que lhes são sugeridas durante a mesma.

A oralidade possibilita que temas do tempo presente sejam trabalhados, da mesma forma que questões como as experiências, o cotidiano, memórias e tradições sejam contempladas. Cabendo salientar que no momento da fala estão presentes as singularidades,

as subjetividades, os silêncios, bem como a relação com o social no discurso do entrevistado.

Na perspectiva de RIBEIRO (2008), a entrevista é

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores (Ribeiro, 2008 p.141)

De acordo com os autores Lüdke & André (1986), “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 33-34). Cabendo salientar que no momento da fala estão presentes as singularidades, as subjetividades, os silêncios, bem como a relação com o social no discurso do entrevistado.

Assim, foi construído um questionário inicialmente com perguntas relacionadas aos dados pessoais da professora, para posteriormente, adentrarmos aos questionamentos a respeito da temática afro-brasileira. Aqui, iremos nos deter apenas às perguntas e respostas voltadas às relações étnico-raciais no ambiente de educação infantil.

Na primeira pergunta selecionada, tratamos sobre a Lei 10.639/2003 e os conhecimentos que a professora teria ou não a respeito da mesma.

P: Você conhece a lei 10.639/2003 e a proposta dela para pensar a inclusão da temática da história e cultura afro-brasileira? Se positivo, através de que canal ficou sabendo?

R: “*Conheço sim...(pausa), e a proposta dela é trabalhar... Assim, eu já conheci, não sei se no momento vai chegar aí onde você quer... É trabalhar é... A questão das diferenças, da igualdade da criança, ou seja, da pessoa. Fiquei sabendo através das Diretrizes e de estudos quando fiz a pós-graduação*” (Fonte: própria pesquisadora, 2017).

Ao que se percebe, a resposta da professora se apresentou de maneira confusa com relação à real proposta da Lei 10.639/03, a qual já foi mencionada anteriormente. Ela cita que ficou sabendo a respeito da Lei, mediante o curso de pós-graduação (possui especialização). Assim, nota-se a fragilidade em que os cursos de pós-graduação se apresentam com relação à temática étnico-racial.

Outra observação que se faz pertinente quanto à resposta, refere-se ao trecho em que ela diz: *(...) não sei se no momento vai chegar aí onde você quer*”, Miguel Zabalza em seu texto “Diário de Aula”, discute sobre os relatos e as dificuldades quanto à veracidade das

informações, “(...) tal representação esteja definida contextualmente, isto é, que o sujeito responda antes de mais nada às expectativas percebidas na situação em que se produz o relato” (ZABALZA, 2004, p. 36).

Outra questão utilizada para análise foi a seguinte:

P: Vocês estão trabalhando o tema da identidade e autonomia da criança. Como você está fazendo essa mediação do tema identidade e a criança negra na sala de aula? Existe algum trabalho voltado a essa parte especificamente?

R: *“Assim, existe, mas assim... até agora como só faz 15 dias que a Gente ‘tá’ trabalhando, por não ter nenhuma criança negra na minha turma, a gente ainda não ...eu ainda não cheguei a esse foco, esse objetivo”* (Fonte: própria pesquisadora, 2017).

Na primeira observação realizada na sala de aula lócus da pesquisa, todas as crianças matriculadas na turma do Pré II estavam presentes, e nela, pôde-se perceber que pelo menos 40% da turma são de crianças negras ou mestiças. A resposta da professora não condiz com a realidade da turma, existem sim crianças negras naquela sala de aula. O que leva a professora a dizer que não têm crianças negras em sua sala de aula? Talvez a dificuldade em reconhecer ou nomear como negro o outro.

Para Levin, a dificuldade em reconhecer pessoas de outras raças se deve ao mecanismo cultural pelo qual se enxerga o outro. Uma pessoa, ao ver alguém de outra raça, automaticamente procuraria no rosto informação que a ajude a classificá-la racialmente, e não que permita individualizá-la.

Além destas questões, outras tantas foram pensadas, afim de refletirmos a partir da fala da professora, quais os conhecimentos que ela tem a respeito da temática étnico-racial, como insere no contexto de sua prática pedagógica, bem como, tentaremos fazer uma ponte entre sua fala e suas ações, tendo em vista que nossa pesquisa em andamento, usará além das entrevistas, as observações do cotidiano da sala de aula.

A última pergunta selecionada pretendia verificar como e se a temática afro-brasileira é inserida pela professora, em suas práticas pedagógicas.

P: Você insere em suas aulas a discussão sobre a temática afro-brasileira? Se sim, como essa perpassa sua prática docente?

R: *“Assim... é realmente muito pouco... o trabalho que é desenvolvido, Né? Mas assim, a gente trabalha mais quando ... é... a gente vê, a necessidade, quando há uma criança que a gente nota que as outras crianças estão tratando diferente devido a questão de cor, então a gente faz um trabalho*



*desenvolvendo pra que ela possa enxergar o outro com naturalidade, mas a não ser isso, realmente é muito pouco. Ou*

*então quando tem algum projeto inserido na instituição no geral.”*

O que podemos perceber inicialmente é que em momento algum a pergunta se referiu à discriminação em sala de aula, ou seja, a professora fez uma relação entre a temática afro-brasileira e a discriminação racial, no momento em que respondeu que trabalhava o tema apenas quando “vê a necessidade, quando há uma criança que a gente nota que as outras estão tratando diferente devido à questão de cor”, quando sabemos que a temática afro-brasileira está para além das questões discriminatórias. Existe a história e cultura desse povo, que a Lei 20.639/3 é bem clara quando se refere, temos a influência para nossa sociedade, a história da África, dentre tantas outras formas de abordar esta questão.

Dessa maneira, o que podemos perceber com os dados parciais obtidos, é que a formação docente ainda apresenta algumas lacunas referentes à temática afro-brasileira e africana, a instituição de educação infantil sofre por possuir estes espaços e a criança negra e a formação de sua identidade acabam sendo afetadas, tendo em vista a não participação e contribuição dos formadores e do próprio espaço educativo.

## CONCLUSÕES

Embora estejamos tratando de uma pesquisa em andamento, podemos perceber a fragilidade das temáticas envoltas das relações étnico-raciais no ambiente de educação infantil, bem como, junto à formação docente, ao passo que, a temática afro-brasileira ainda se apresenta de maneira confusa, tornando difícil contribuir de maneira positiva para a construção da identidade da criança negra neste ambiente.

A respeito da atuação de professores, percebemos uma prática pedagógica carente de formação para trabalhar a diversidade étnico-racial de maneira compromissada com o ensino da história e cultura afro-brasileira devido à ausência ou insuficiência quanto à formação continuada com relação a estas temáticas.

Por se tratar de uma pesquisa em curso, como supracitado no decorrer do corpo do texto, esperamos que tantos outros dados sejam colhidos, a fim de nos proporcionar materiais suficientes para análise, bem como, contribuições futuras à instituição de educação infantil, local onde vem sendo realizada a pesquisa, no tocante às crianças negras e a professora entrevistada.

Dito isto, finalizamos com a ponderação a respeito da necessidade de uma proposta reflexiva à formação de professores, no que concerne as relações étnico-raciais, colocando-a como um desses profícuos caminhos a ser seguido, para uma ação educativa responsiva quanto à construção da identidade destas crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria Especial de políticas de Promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: . Acessado em 23 de agosto 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual**. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 10.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

**Metodologias de Pesquisas Empíricas com Crianças**. Disponível em:

<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292001000100002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000100002)>.

Acesso em: 10 de Outubro de 2016.

MINAYO, M.C. de S. (2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. – 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NETO. Ricardo Bonalume. **Cérebro identifica raças, e não pessoas**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0912200001.htm>. Acesso em: 08 de Abril de 2017).

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; Alves, Nilda. **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: Sobre redes de saberes.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa.**

Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia a pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985.

ZABALZA, Miguel. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional.** Porto Alegre: Artmed, 2004.